

ATA DA 099ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

Sumário

Breves Comunicações

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Reporta-se à BR-283.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Defende pessoas sem teto do município de São José.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Faz relato de sua viagem a Brasília.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Tece comentários a respeito da legislação eleitoral.

Partidos Políticos

DEPUTADO MANOEL MOTA - Reporta-se às obras rodoviárias do sul do estado.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Convida para um simpósio sobre segurança alimentar e nutricional.

DEPUTADO MILTON SCHEFFER - Faz homenagem ao agrônomo pelo dia 12 de outubro.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reporta-se às festas de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Não havendo expediente a ser lido, passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente Jailson Lima, também os deputados Antônio Aguiar e Neodi Saretta e todos que acompanham esta sessão.

Primeiramente, quero fazer menção sobre as dificuldades que temos tido em relação à implantação de uma das obras mais requeridas pela nossa região oeste de Santa Catarina, no que se refere às rodovias, trata-se da BR-283.

É importante destacar que na próxima sexta-feira, dia 12, entidades, lideranças, regionais fazem uma mobilização para cobrar a revitalização dessa rodovia. O ato acontecerá no município de Planalto Alegre, a partir das 8h, com o apoio da Associação Catarinense dos Motoristas de Ambulâncias.

Neste ato, teremos a paralisação do trecho da rodovia que compreende Chapecó e Planalto Alegre. Como presidente do Fórum Parlamentar das Rodovias, gostaria de destacar que apoiamos esse ato, pois a situação da SC-283 é vergonhosa. Temos convivido com acidentes, com promessas, desde o ano passado, por parte do governo. Em 6 de junho de 2011 realizamos uma audiência pública em Palmitos, com a participação de todas as prefeituras daquela região e também de entidades empresariais, em especial destaque o Sindicato do Comércio Varejista de Chapecó e região.

Após essa audiência, realizamos outra em Seara, no dia 30 de junho, onde teremos a continuidade da SC-283. O deputado Neodi Saretta

também se fez presente. E de lá para cá houve muitas audiências com o governo do estado. Reconhecemos que a obra da SC-283 foi incluída no plano de investimentos das rodovias, mas, no entanto, já se passou praticamente um ano e meio e nada foi feito.

Eu acho que é uma atitude justa, legítima, e o governo estadual precisa começar essas obras. Já vamos para os próximos dois anos do final deste mandato e por enquanto temos somente, desde o ano passado, inúmeros anúncios sendo feitos nas rodovias, mas efetivamente as máquinas não chegam. Enfim, no oeste de Santa Catarina não chegou ainda nada em termos de obras nessas rodovias.

Então, quero fazer um apelo para que o governo do estado de fato viabilize com agilidade uma vez que, como acabo de informar, já se passou um ano e meio da realização dessas audiências, e ainda estamos na espera.

Quero referendar o nosso apoio a esse movimento de protesto das entidades. Os prefeitos da região, especialmente dos municípios de São Carlos, Palmitos, Seara, Planalto Alegre, Caxambu do Sul, Guatambu estão também envolvidos no apoio a esse movimento. Penso que precisa ser feito algo urgente para que de fato não apenas as ambulâncias, mas os motoristas, os caminhoneiros, os pedestres, possam ter condição de transitar nessa rodovia.

Também quero fazer menção ao dia 15 de outubro, próxima segunda-feira, quando comemoramos o dia do professor.

Quero, como professora, chamar a atenção para a importância que tem essa profissão tão antiga, tão falada, tão discutida em nosso país. Mas entendo que é uma das profissões prioritárias, e precisamos avançar mais no sentido da valorização do professor.

Nós tivemos nos últimos anos alguns avanços em termos de legislação. E destacaria a lei do piso, tão discutida nesta Casa, que foi objeto de várias ações, de mobilizações, desde o ano passado, na aplicação dessa lei. E entendemos que a Lei n. 11.738 é um avanço para o Magistério. Mas

lamentamos muito que mais uma vez o estado de Santa Catarina entre com uma ação no STF, questionando a atualização monetária dessa lei.

Sabemos dos limites colocados aos municípios, aos estados, sabemos que existem, com certeza. Mas penso que há outras formas de financiar o pagamento do piso, desde que o governo federal, os governos estaduais e os congressistas se empenhem no sentido de buscar essa alternativa.

Sempre fazemos luta nas diferentes categorias, e está aqui o deputado Sargento Amauri Soares também com a luta da Saúde. Mas nunca podemos avançar no sentido de abrir mão de direitos. Precisamos conquistar novos direitos. Acho que é esse o caminho.

Se o país cresce, se tivermos cada vez mais o crescimento PIB, haverá diminuição da taxa do desemprego, haverá inflação equilibrada. Mas precisamos valorizar o servidor, porque ele efetivamente está na ponta executando essa função do estado.

Não se faz uma sociedade forte com políticas sociais frágeis.

Ontem mesmo, acompanhava o anúncio do termo de convênio firmado entre a Irlanda e o Brasil com relação a bolsas de iniciação à ciência e pesquisa. E podemos perceber na fala do presidente da Irlanda que temos uma população, neste país, com 50% de qualificação. E estamos muito longe disso. Então, os países que já perceberam o quanto a educação faz a diferença na construção de uma nação, são países mais soberanos. E esse é o caminho que o Brasil precisa trilhar. Investir em educação é um caminho mais seguro e que constrói futuro.

Então, quero destacar para o dia 15 de outubro a figura do profissional de educação que precisa ter um plano de carreira decente e precisa de uma formação continuada, porque não é suficiente a formação que ele recebe na academia, mas uma formação permanente.

Quanto à tão falada realização do concurso público, acompanhamos o estado na divulgação das duas mil vagas e lamentamos muito que, hoje, em

Santa Catarina temos 17 mil professores admitidos em caráter temporário, portanto são 17 mil ACTs. E lamentavelmente o concurso apresentou apenas duas mil vagas. Gostaríamos muito de entender como serão preenchidas, quais os critérios e por que não viabilizar concurso para o maior número de vagas, uma vez que são 17 mil contratados. E os professores sabem que esse contrato enfraquece a carreira do professor, o estímulo, o incentivo, a permanência, porque a cada ano o professor vira um boia fria, ele vai de escola em escola, quando consegue ser contratado.

Então, quero fazer essa referência destacando a necessidade do concurso público e também os grandes desafios que se colocam na educação brasileira.

Tivemos agora a aprovação no Congresso Nacional, especialmente na Câmara Federal e depois vai ao Senado, do plano nacional de educação em que os parlamentares mantiveram o percentual de 10% do Produto Interno Bruto - PIB - a ser investido na educação brasileira, ao longo da próxima década. É um grande avanço, porque sem financiamento público não teremos qualidade na educação, mas precisamos que os senadores mantenham essa grande conquista, que são os 10% do PIB. E lembro-me quando comecei os meus primeiros estudos de que já havia essa luta para o aumento dos investimentos em educação e, felizmente agora, conquistamos isso.

Outro grande desafio são as novas tecnologias e a educação em tempo integral que chega a todos os municípios, com uma projeção do ensino médio e toda a educação básica. Mas quero dizer por último que nada adianta investirmos maciçamente em prédios, em tecnologias - e vimos nesse processo eleitoral muitos prefeitos exaltando as tecnologias de informação -, porque isso é positivo, é muito bom, mas o fundamental, o coração de uma escola é o professor. E se esse professor não tiver motivação, salário decente, uma perspectiva de futuro e de profissão valorizada, de nada adianta o prédio ser bonito, porque falta a alma. E a alma é o professor.

Assim, gostaria de deixar os meus parabéns antecipados aos professores, aos educadores de diferentes redes de ensino: municipal, estadual e federal, e dizer que a luta continua pela valorização da categoria.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, quem nos acompanha pela TVAL, ouvintes do Rádio Alesc Digital e os que aqui nos acompanham nesta manhã de quinta-feira, quero inclusive nessa fala de hoje esclarecer algumas questões que falei na tarde de ontem, aquele episódio que inclusive tem sido divulgado na mídia da grande Florianópolis e do estado, do problema dos sem-teto de São José, do confronto que houve entre Polícia Militar e população em um bairro da cidade de São José.

Estive até de madrugada acompanhando esse processo para me informar e tomar pé melhor da situação, deputado Antônio Aguiar. E também para que os colegas aqui e quem nos acompanha não fiquem imaginados porque os assuntos caem do céu e vamos falando sem maiores explicações.

De fato, pessoas pobres foram usadas como massa de manobra por gente muito bem situada no poder político de São José. Essas pessoas pobres tiveram a promessa e a esperança de ganhar um pedaço de terra para construir a casa própria em troca de apoio eleitoral, de voto. Isso mesmo, sem tirar nem por. A ocupação de uma área de terra que foi incentivada, insuflada por diversos dos chamados "cabos eleitorais", nas vésperas da eleição em São José.

Como já tem decreto desapropriando aquela área, como a partir do ano que vem vamos regularizar a situação, como quem já estiver lá em cima vai ter o seu pedaço de terra garantido, evidentemente que em menos de uma semana havia mais de 200 pessoas na citada propriedade. Mas três dias após a eleição, e mediante decisão

judicial, as pessoas foram desalojadas de lá. A Polícia Militar foi para dar segurança para o oficial de justiça e para as máquinas que destruíram os barracos construídos com urgência e de forma emergente pelas pessoas naquele lugar.

Na minha avaliação não tem outra frase para dizer melhor isto, que o povo pobre daquela região e a Polícia Militar foram usados como massa de manobra para tentar dar uma solução com caráter de legalidade para a sem-vergonhice de alguns em São José.

Agora, a situação é que cerca de 50 pessoas das 200 pessoas que havia lá foram dispersadas. Mas o fato é que a maioria das pessoas pobres, que pagam aluguel, que moram com o pai e com a mãe em condições degradantes muitas vezes, porque quem mora em situação digna não se submete a se colocar e colocar os próprios filhos a dormir num piso de um ginásio... Cerca de 50 pessoas estão no ginásio de esportes do Jardim Zanelatto.

Estivemos lá, como já disse, até de madrugada.

Quero agradecer ao secretário municipal de Assistência Social, de São José, o Rui, não sei o sobrenome, meu companheiro da década de 80 e 90 no Movimento Popular da Grande Florianópolis. Ele não pode ir lá, mas a diretora foi. Agradeço também aos outros funcionários públicos municipais de São José e lamento por alguns por terem sempre aquela visão preconceituosa contra pobre.

Quero fazer um apelo ao prefeito Djalma Berger: o mínimo que se espera é que o poder municipal trate aquelas pessoas como seres humanos, de forma humanitária, que em nenhuma hipótese qualquer daquelas pessoas seja sujeitada a ficar na rua uma hora sequer até que haja uma solução definitiva para o problema. Isso é responsabilidade do poder público municipal de São José. E a solução definitiva do problema por certo, possivelmente, depende também de outras esferas do poder, inclusive do governo do estado, do governo federal, de organismos federais de construção de habitação, por exemplo, a Caixa Econômica Federal. Mas é inadmissível que daquelas 50 pessoas, sendo umas 20 crianças, deputada

Luciane Carminatti, uma delas sequer seja sujeitada a ter que ficar na rua pelo menos duas horas.

Houve pessoas que deixaram de pagar o aluguel para comprar uns tapumes, umas tábuas, uns compensados, uns plásticos, para que pudessem construir um barraco, porque autoridades disseram que já havia um decreto sinalizando de que quem estivesse em cima ficaria com a posse e depois com o título daquela área. Evidentemente que quando o oficial de justiça, com todo o aparato do estado, e infelizmente com a nossa polícia militar dando o suporte, essas pessoas não tinham para onde ir, tinham deixado de pagar o aluguel, tinham deixado a sua casa, já tinham gasto o dinheiro que poderiam usar para pagar o aluguel. Enfim, já tinham investido R\$ 600,00 para criar uma infraestrutura para poderem ficar lá. Essa é a realidade dramática.

Essa situação foi criada em virtude do interesse eleitoral de alguns! E os poderes constituídos não vêem isso! Mas viram que havia crianças lá e ameaçaram as famílias que iriam tirá-las delas. Sempre o absurdo do estado contra os pobres da versão oficial, oficial, preconceituosa.

Por falar em eleição, também para esclarecer algumas coisas, evidentemente que não tenho nada contra os dois candidatos que estão no segundo turno na capital; tenho boa relação, inclusive, com eles. Não tenho nada contra os dois candidatos que estão no segundo turno em Blumenau. Conheço o deputado Jean Kuhlmann, que é nosso colega aqui, e conheço apenas de vista Napoleão Bernardes. Mas não tenho absolutamente nada contra os dois.

Da mesma forma, não tenho nada contra os dois candidatos que disputam o segundo turno em Joinville. O deputado Kennedy Nunes é também colega nosso aqui, aliás, esses três deputados estaduais que disputam o segundo turno em Florianópolis, Blumenau e Joinville estão comigo neste Parlamento desde a legislatura anterior. Não tenho nada contra eles nem contra o concorrente, o Udo Döhler, de Joinville, não obstante ter trazido

o PIB de Joinville para empurrar a PEC dos bombeiros goela abaixo nos últimos meses. Mas são defesas programáticas.

Não tenho absolutamente nada contra nenhum deles. A questão não é pessoal, a questão é política.

Quero repetir que há, na minha avaliação, o mesmo DNA político e programático. Portanto, a minha posição permanecerá a mesma do primeiro turno. Não poderei apoiá-los.

Não é nada pessoal, com todo o respeito, mas esse episódio dos sem teto de São José somente confirmou, deputada Luciane Carminatti, dos pobres lá do meu bairro, que a prática é parecida, porque se há memória, é preciso preservá-la, é preciso preservar o conhecimento da história. Se votasse em uma dessas três cidades, meu voto seria nulo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero, neste momento, falar sobre a minha ausência, ontem, nesta Casa, pois estava em Brasília participando de dois eventos. Um deles tratou da Convenção-Quadro com relação à fumicultura no Brasil e o outro da educação.

Ontem à tarde teríamos uma audiência com o ministro da Educação para discutir a ampliação da nossa Universidade Federal Fronteira Sul, reunião solicitada pelos movimentos sociais, com a participação dos deputados, mas foi suspensa pelo ministro, por fatores que dizem respeito ao seu trabalho e ao seu papel enquanto ministro da Educação, Aloízio Mercadante.

Srs. deputados, então, aproveitamos o dia para participar desse importante debate da Convenção-Quadro, que é preparatória para o encontro que vai acontecer na Coreia do Sul, em novembro, quando será discutida a continuidade dos debates sobre a redução e o consumo do fumo, do tabaco, mas também para discutir principalmente alternativas de renda

para as propriedades da agricultura, especialmente da agricultura familiar.

Então, o dia foi muito positivo, pois fizemos uma grande discussão com a presença dos ministros da Saúde, Alexandre Padilha, e do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, quando falamos sobre o lado da saúde pública e sobre os impactos para a saúde pública do nosso país e do mundo, do tabaco, não só do consumo, mas também do plantio.

A Convenção Quadro é assinada por 192 países. E agora, então, vai acontecer a conferência das partes, a chamada COP-5, na Coreia do Sul, no mês de novembro. Inclusive estamos vendo a possibilidade de participar desse evento, desse debate que vai avançar passo a passo numa perspectiva de campanhas de esclarecimento, de proibições de publicidades, de propaganda de cigarros e de outros insumos que provêm do fumo.

Foi um encontro extremamente importante. E queremos dizer que aproveitamos para fazer uma discussão com os ministros e cobramos, principalmente do ministério do Desenvolvimento Agrário, assim como do estado, mais investimentos nas alternativas de reconversão e diversificação das propriedades de fumicultura do nosso estado e do nosso país, especialmente aqui no sul.

Srs. deputados, não tem jeito, a atividade do fumo continua sendo muito forte e rende muitas propriedades no nosso estado. E estamos vendo na prática, inclusive em depoimentos de agricultores que estiveram presentes colocando suas experiências, que estão diminuindo a produção de fumo ou produzindo outras coisas, mas precisam de acompanhamento técnico, de pesquisa, de investimento e de recursos subsidiados para que possam desenvolver outras atividades para a renda da agricultura familiar. Há também, claro, a questão do acesso ao mercado. Então, foi um seminário extremamente importante.

Quero também aproveitar, sr. presidente, para dizer que no próximo dia 16 estaremos realizando, através desta Casa, da comissão de Saúde e da Escola do Legislativo, onde também estamos participando como membro da comissão de

Agricultura, o 1º Simpósio de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado.

Esse simpósio trará grandes temas a serem discutidos sobre segurança, garantia alimentar, nutricional e contará com a participação de várias entidades ligadas à saúde, à alimentação e aos agricultores.

Felizmente a sociedade catarinense tem um grande interesse nesse assunto, e mais de 400 pessoas já estão inscritas nesse evento. Queremos aproveitar a oportunidade para convidar todos os srs. deputados e deputadas a participar desse evento, cuja inscrição poderá ser feita através do site da Alesc. Trata-se de um importante debate, sem dúvida nenhuma, para o futuro da saúde pública e para a produção de alimentos no estado de Santa Catarina.

Para finalizar, sr. presidente, gostaria de dizer que estamos acompanhando no processo pré-eleitoral e também agora no processo pós-eleitoral o Supremo Tribunal Federal agir, na minha avaliação, de maneira politiqueria ao julgar uma ação tão importante para o país, ao julgar lideranças históricas do Partido dos Trabalhadores, desde as semanas que antecederam as eleições. Gostaria de voltar a esse tema em outro momento, porque hoje gostaria de falar, de comemorar a grande vitória que tivemos, mesmo com toda essa situação criada no período pré-eleitoral que, na nossa avaliação, não poderia ter sido criada, porque temos critérios na legislação eleitoral que devem ser respeitados em nosso país. A Corte brasileira, a maior instituição brasileira do Judiciário fez esse julgamento de um partido político, de lideranças políticas, justamente num momento pré-eleitoral, mas mesmo assim o nosso partido saiu extremamente vitorioso, inclusive o nosso presidente Rui Falcão fez uma declaração muito positiva anunciando esse grande crescimento tanto em nível nacional quanto em Santa Catarina, onde o PT estará em 1.119 municípios, o que é uma presença significativa.

Também tivemos um grande aumento no número de prefeitos, de 558, em 2008, para 624, em 2012, um

dos partidos que mais cresceu no Brasil. Enquanto os outros grandes partidos perderam prefeituras, o PT continua crescendo de maneira sustentável também em Santa Catarina, onde subimos de 35 prefeituras para 45 e temos mais duas prefeituras que estão *sub judice*.

Participamos ativamente de todo o processo eleitoral e mantivemos uma votação expressiva em grandes cidades, é bem verdade que em algumas não fomos para o segundo turno, infelizmente, como em Blumenau, Joinville, aqui na capital. Mas o partido manteve sua grande força e, além do Executivo, tivemos um crescimento muito grande no Legislativo catarinense, partindo de 236 vereadores para 308 pelo estado afora.

Então, saímos do processo eleitoral com vitórias importantes. Inclusive, queremos destacar que tivemos uma vitória importante também no nosso município, onde elegemos Daniel Kothe, do Partido dos Trabalhadores, prefeito de Saudades.

Portanto, quero parabenizar todos os eleitos do Partido dos Trabalhadores, em especial, mas também os demais prefeitos de Santa Catarina que se elegeram nesse pleito do dia 7 de outubro e que vão governar as cidades pelos próximos quatro anos. E devemos, sim, deputado José Milton Scheffer, ser parceiros dos prefeitos. Esta Casa tem que contribuir com o desenvolvimento dos nossos municípios para melhorar a vida do seu povo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, eu ouvi a manifestação do deputado Dirceu Dresch e quero dizer que acho que ainda tem que ocorrer algumas alterações na legislação eleitoral. É um absurdo esse impedimento ao cumprimento de mandados de prisão no período eleitoral.

Ele também falou sobre a questão dos julgamentos e gostaria de dizer que acho que o

juízo não tem que ter momento e hora. A Justiça tem que ser feita em qualquer momento. É uma afronta ao cidadão, deputado Manoel Mota, o marginal, com um mandado de prisão, no período eleitoral, poder desfilar de frente ao Fórum de Justiça, ao promotor, ao juiz, ao policial e não poder ser preso. Isso daí é o Brasil com as suas peculiaridades, e que precisamos mudar!

Então, temos que proteger a democracia e respeitar o direito do cidadão, mas essas barbaridades não podem acontecer.

Mas faço esse comentário após ouvir as manifestações anteriores.

Eu assomo, hoje, à tribuna para homenagear a Polícia Civil não somente como instituição, mas na pessoa de cada policial, porque é ele que faz a história e é o orgulho da nossa instituição Polícia Civil.

Tivemos 52 candidatos nesse pleito eleitoral oriundos da Polícia Civil, dois candidatos a prefeitos, três candidatos a vice-prefeitos e 47 candidatos a vereadores, sendo que mais de 1/3 alcançou um resultado positivo na eleição. Muitos ficaram suplentes, com grandes perspectivas de posse, e todos tiveram uma participação muito importante.

Nós tivemos o vereador Acindino Mafra, de Acurra, que foi eleito vereador. E os policiais que acabam entrando para a vida pública o fazem por serem pessoas com sentido muito voltado ao cidadão, buscando dar qualidade de atendimento, ser atenciosos e resolver o problema do cidadão.

Então, quanto há a participação política, isso demonstra que essas pessoas estão inseridas no meio social e participam ativamente da vida do município.

Portanto, o policial e o servidor da saúde são aqueles que atendem as pessoas num momento de dificuldade, num momento de dor. E quando essa pessoa dá um bom atendimento e é prestativa, acaba recebendo o reconhecimento da comunidade.

Tivemos em Rio do Sul a eleição de dois vereadores, o Cariso Savio Giacomini e o Mário Miguel que foi reeleito e com o *slogan* "Gente

Nossa", *slogan* que usei em todas as minhas campanhas. E quando ele começou a carreira, disse que pegaria o meu *slogan*. É um grande amigo e um grande policial.

Tivemos o Carlos Evandro Luz, delegado de Polícia, que foi eleito vereador em Caçador. Também tivemos: Elton Aguiar Ramos, que já era vereador, eleito no município de Capivari de Baixo; Fernando Callfass, do município de Xanxerê, um jovem dinâmico, um delegado envolvido com as questões sociais. É um grande policial no combate à criminalidade, mas também é uma pessoa muito atenciosa com os problemas da comunidade. Tivemos o Francisco Moreira Lopes, reeleito no município de Joaçaba. Além da sua atividade profissional na área da segurança, ele faz vários trabalhos sociais no município. Tivemos o Gerson Manoel Matia, reeleito no município de Fraiburgo; o Gilson Manoel Rosa, nosso agente de polícia que foi eleito vereador do município de Imaruí; o José Klock, reeleito no município de Indaial, nosso delegado de polícia e voltado ao combate firme a criminalidade e também com uma participação ativa na comunidade; o Lourenço Becker, reeleito vereador no município de Videira; o Luiz Henrique Sell, o Banha, vereador eleito no município de Palhoça, uma grande revelação e surpresa. O Banha é uma pessoa muito atenciosa com a comunidade de Palhoça e teve a felicidade da eleição numa campanha muito simples, humilde, visitando seus amigos de casa em casa. Foi uma vitória merecida, e sabemos que ele fará um grande trabalho como vereador. Tivemos a Márcia Cristiane Nassif, eleita vereadora no município de Mafra; a Maria Clarise Gomes Matteucci, reeleita no município de Taió; o Nilson Frederico Probst, reeleito no município de Balneário Camboriú, e o Lenoir da Rocha, que já é prefeito e foi reeleito no município de Mondaí, pelo PMDB. Foi um grande prefeito, foi delegado de Polícia, delegado regional de São Miguel d'Oeste. É uma pessoa que também tem um grande serviço prestado naquela região. Sempre foi um delegado da área de

investigação, de combate à criminalidade. É uma pessoa firme em defesa da sociedade.

Assim como todos esses tivemos na capital Juninho Mamão fazendo uma grande votação mesmo estando como suplente, mas é um policial que representa as lutas da categoria. Está sempre presente em todos os embates em defesa da classe e sociedade e fez uma grande votação.

Então, aproveito este momento para fazer esse registro, essa homenagem aos policiais que tiveram a coragem de participar desse pleito da vida democrática do nosso país.

Temos visto que a instituição tem feito um trabalho muito grande em defesa da sociedade. E quero ressaltar o trabalho do delegado Cláudio Monteiro e de toda a equipe da DEIC, nos últimos dias, mesmo com as manchetes principais relacionadas às eleições, ao momento democrático, com casos de prisões de quadrilhas desbaratadas, de apreensões de grande quantidade de drogas, enfim, um trabalho incessante.

Então, quero parabenizar a equipe do DEIC e todos os nossos policiais civis do estado. Parabéns aos eleitos, parabéns a todos que participaram desse pleito eleitoral.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Queremos registrar aqui a presença de Glauco Lima, que foi nosso candidato a vice-prefeito na cidade de Lontras, numa coligação com o PMDB. O Glauco que é engenheiro de formação.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Antes de conceder a palavra a v.exa. quero parabenizá-la pelo brilhante papel e o embate político que teve nesse momento da democracia em Florianópolis, mostrando a força das mulheres. Com certeza a sua contribuição mostra muito a renovação política no estado catarinense.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Agradeço as suas palavras gentis, mas quero mencionar a presença do candidato a vice-prefeito na chapa do

PSOL, Alberi, que fez uma grande votação, uma surpreendente votação em Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Parabéns pelo papel que fizeram na campanha.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, v.exa. citou o Glauco que é engenheiro agrônomo, então, quero parabenizá-lo pelo seu dia, pois amanhã é o Dia do Engenheiro Agrônomo. Quero parabenizar todos os engenheiros agrônomos pela função e pelo papel que exerceram durante toda essa história do estado. Desejo que continuem essa caminhada que só ajuda a nossa agricultura do estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos.

O primeiro horário pertence ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, venho a esta tribuna para fazer alguns registros e algumas considerações importantes.

Na eleição de 2012, os deputados que lutaram e correram tinham que ser artistas para não tropeçar, porque eram coligações de toda ordem. Essa é a democracia. E nós que corríamos os municípios tínhamos que estar sempre com o santinho dos candidatos na mão, porque foi coligação de toda ordem, não teve partido que não estivesse coligado com um ou com outro.

Então, foi uma eleição bastante importante, foi democrática, porque buscou a vontade popular dos partidos, das pessoas, mas deu um cansaço nas pessoas que correram muito e que tinham que estar sempre preparados para não pisar na bola.

A eleição foi muito importante em Santa Catarina, e o PMDB teve muito sucesso, pois já possui hoje 104 prefeituras e está disputando mais

duas e outra como vice. Portanto, o desempenho do partido foi extraordinário.

Na minha região fizemos muitas prefeituras, realmente foi um desempenho extraordinário, e isso faz com que tenhamos tranquilidade para continuarmos trabalhando, buscando resultado.

A população elege um político por uma razão: esperança por dias melhores para a região, para o município. E é com esse espírito que trabalhamos sempre no Parlamento catarinense, ou seja, buscando resultados a cada momento, a cada instante, para a região. E penso que é o nosso dever, é a nossa luta. E assim continuamos.

Por isso, as esperanças das pessoas não se apagam, ficam vivas, porque quando elegem um candidato e veem os resultados dizem: "Valeu a pena o meu voto; valeu a pena a minha luta; valeu a pena o meu trabalho, porque os resultados estão acontecendo para toda a região."

Hoje, as grandes dificuldades não são os governos, pois buscamos a obra, buscamos os recursos. Mas depois para sair do papel é uma tristeza, porque a questão ambiental está matando os governos, quer dizer, há falta de critérios. É impressionante a questão ambiental. É impressionante! Se eles veem uma florzinha, já dizem: "Ah, aqui não pode passar a rodovia, porque tem uma florzinha." Se acham um osso de sapo, é a mesma coisa "Não, aqui não pode passar!" E as obras não andam, não terminam, e morremos trabalhando para buscar os resultados necessários para uma região.

Não há como se conformar em relação à serra do Faxinal que liga as cidades dos cânions, localizada em Itaimbezinho. É a região mais linda do mundo! São 15 quilômetros, oito foram realizados e sete estão lá. A situação é a mesma: a licença sai hoje, sai amanhã, quer dizer, por causa de dois casais de pererecas, a promotora entrou com uma ação.

Há cinco anos que o dinheiro está depositado. São recursos do BID, e a obra não pode continuar. Quem é que perde? A população. Essa obra é de valor extraordinário. E agora descobriram que há

milhões de pererecas. É brincadeira! Estão brincando com a população. Não avaliam o mal que fazem para a sociedade. E isso representa a integração entre dois estados: sul do nosso estado com o norte do Rio Grande do Sul. É uma obra turística que vai ligar Canela, Gramado, Caxias do Sul, mas está emperrada em razão dos dois casais de pererecas.

Agora há milhões de pererecas, já abriram mão. Mas mesmo assim a licença continua emperrada. Trabalhamos bastante. Fomos a Brasília, chegamos aqui, buscamos recursos, garantimos o encaminhamento, mas a obra não sai, porque não se consegue a licença.

A BR-285 é uma obra importante para a região inteira, que liga o sul do estado com o norte do Rio Grande do Sul. Dentre as cidades temos: Araranguá, Ermo, Turvo, Timbé, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, Argentina. Quantos quilômetros que faltam? Faltam 22 quilômetros. E por que não sai a obra? Porque não temos licença.

Primeiro, foram colocadas pelo fórum catarinense emendas que garantiam a obra no PAC 1 e no PAC 2, mas não sai a licença, e continua emperrada a obra. Quer dizer, não saem esses 22 quilômetros para ligar Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, caindo tudo direto em Santa Catarina pelo norte do estado, além de melhorar o transporte de toda a soja do Rio Grande do Sul.

O porto de Imbituba é 250km mais perto do que o porto de Rio Grande, e ainda aqui tem a cerâmica vermelha para se levar de volta. Mas aí falta a licença ambiental.

Estivemos com o presidente do Ibama. Ele assegurou que sairia a Serra do Faxinal em três semanas, e a BR-285, a Serra da Rocinha, em 40 dias. Quer dizer, não saiu nem uma nem outra. Já passou o prazo e não sai. Ficamos irritados, porque são anos de luta e de trabalho que emperra numa licença ambiental. Não dá para avaliar. É um negócio que nos irrita demais.

Fico muito irritado, porque primeiramente é difícil conquistar o projeto; em segundo lugar é

preciso conquistar o dinheiro, e aí não sai porque não se tem a licença. Não dá para engolir; é pior do que engolir um tijolo de oito furos. Então, isso nos deixa com os nervos em frangalhos, podendo cometer até injustiças com alguns setores, mas não dá para ficar de braços cruzados.

É preciso rever isso. Na BR-101, a questão da licença ambiental já foi uma tristeza. Nós tivemos que invadir o Ibama em Brasília para poder arrancar uma licença, que era furada, fria. Quando chegamos aqui não tinha o lote 26 e o lote 6. Quer dizer, a licença não valia nada. Tivemos que voltar a Brasília.

Para que se tenha uma ideia, na ponte de Cabeçudas, que é um dos gargalos da BR-101, entregaram a ordem de serviço, a empresa contratou 900 funcionários, mas foram mandados embora, porque não havia a licença para a execução da obra. Felizmente, parece que agora saiu a licença; há outra empresa trabalhando, e teremos mais três anos de obra. Então, são 15 anos para fazer os 348 quilômetros que eu fiz a pé junto com os vereadores dos municípios de Osório até Palhoça, para poder buscar esse resultado, e hoje está saindo a trancos e barrancos. Mas vão levar 14 anos, 15 anos para fazer 348 quilômetros, quando na China fizeram em dois anos 45 quilômetros sobre o mar, com cinco pistas.

Acontece que lá não há o aditivo dos 20%. E aqui, no Brasil, há o aditivo.

Precisamos encontrar outros caminhos, até porque não vamos ter sempre condição de bancar essa obra com preços elevados que chegam até a assustar. E depois temos denúncias acontecendo a todo instante, afastamento de ministros a todo instante, porque as obras demoram, tem os aditivos de 20%. Em outros lugares, como na Europa, o lucro da empresa é de 10% e não existe aditivo. Então, precisam fazer com rapidez. Na China, o lucro é de 9% e não existe aditivo; por isso, têm que executar a obra com rapidez. Aqui, a obra demora três anos, quatro anos. No lote 26, na minha região, houve 14 aditivos. Imagine o quanto a obra custou. O valor mais do que dobrou.

Essas coisas precisam parar, é preciso dar um basta. Mas vamos continuar lutando e lutando muito para buscar o resultado.

Agora, qual é a bandeira que levantamos para a realização das obras, como a 285, como a Serra do Faxinal, como a questão do processo que tenho na Polícia Federal com relação à BR-101? Estão em andamento - algumas quase prontas e outras no pênalti para o juiz apitar e fazer o gol. Basta sair a licença ambiental.

Estou me dedicando de corpo e alma para colocar em prática a questão da licença - que já venceu e tem que buscar outra - da Interpraias que liga a estrada do mar, do Rio Grande do Sul, até Laguna. Vai ser o resgate da cidade histórica de Santa Catarina, que é Laguna, com a Interpraias. Nós vamos colocar ali dez mil, 15 mil veículos por dia. Porque a BR-101 não comporta mais o tráfego, mesmo duplicada.

Vamos fazer um grande trabalho com a Interpraias, vamos resgatar a cidade histórica, vamos até Laguna e na segunda etapa, até Garopaba.

Com isso fizemos uma ligação muito forte, desviando praticamente o tráfego de automóveis da BR-101. Acho que é uma obra importante.

O Luiz Henrique fez, pois lançou 20Km; o governador Raimundo Colombo deu continuidade, e já estão terminando de Laguna até Camacho. E tem outra parte que já estão realizando. Agora, estamos lutando para colocar R\$ 150 milhões daquela compensação dos R\$ 3 bilhões, até porque aquele é o financiamento, tem que se pagar e precisa ser uma obra que tenha retorno. E a Interpraias é retorno assegurado de grandes investimentos na região.

Vamos transformar, com a Serra do Faxinal, a cidade dos cânions, e Praia Grande, com a serra da Rocinha. Já com a Interpraias vamos transformar num grande polo turístico a região sul do estado. Mas é preciso esses investimentos serem concluídos. E para isso vamos trabalhar no Parlamento, pedindo apoio dos parlamentares para que possamos construir uma região forte, que é o sul do estado.

A região serrana e a região do sul do estado são consideradas as duas regiões mais pobres de Santa Catarina. Então, se entrar aqui dez projetos importantes para a região serrana, quero confirmar que voto nos dez, porque merece investimento como a região sul. E não podemos nos omitir em ajudar a desenvolver as duas regiões mais pobres de Santa Catarina. Então, é preciso, sim, muito apoio do Parlamento catarinense para poder ocorrer investimentos nas regiões e ter o equilíbrio em Santa Catarina, porque quem irá ganhar é toda a sociedade.

O sul espera muito apoio deste Parlamento, que possamos buscar esse resultado e que tenhamos a geração de emprego, renda, enfim, a melhoria da qualidade de vida nessas regiões, porque esse é o grande compromisso que temos com a sociedade, pois chegamos aqui com o apoio dela e devemos dar essa resposta positiva a toda sociedade catarinense.

Por isso, não abrimos mão de lutar até buscar o...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o meu pronunciamento, hoje, na verdade é um convite que quero formular a todos os srs. deputados, sras. deputadas, a todos que nos acompanham pela TVAL, para um simpósio sobre segurança alimentar e nutricional que através da comissão de Saúde e da de Agricultura e Política Rural, desta Casa, bem como junto com várias outras entidades, como Cepagro, Conab, UFSC, CUT, Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, rede de agroecologia, Ecovida, ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Agrário. Portanto, a partir de uma proposição desta Casa

será realizado um seminário que versará sobre a alimentação saudável.

A alimentação saudável esta Casa passa a abraçar como um compromisso institucional, através principalmente da nossa TVAL, para que uma campanha institucional, assim como fez em relação à adoção, também a Assembleia Legislativa de Santa Catarina adota o tema da alimentação saudável para poder bem informar e orientar a todos que nos acompanham através dos trabalhos parlamentares e da nossa TVAL.

O referido assunto é um tema que cada vez mais estará na ordem do dia, assim como faço um comparativo com a questão do tabagismo, que nos últimos anos ganhou uma dimensão mundial e em nosso país de tal monta que tivemos avanços significativos no controle e na prevenção do tabagismo. Inclusive em 2006 tivemos a realização do primeiro tratado de saúde pública do mundo, que foi a Convenção Quadro, que resultou em um acordo mundial a partir da ONU, da Organização Mundial de Saúde, com todos os países signatários junto à ONU, para poder colocar um controle mundial.

Sabemos aqui no próprio país, no nosso querido Brasil, dos avanços que tivemos nos últimos anos nessa questão do tabagismo desenfreado como era, como causas de doenças. E no começo falávamos que para cada R\$ 1,00 que o Brasil arrecada de impostos provenientes do fumo, na verdade gasta depois R\$ 2,00 para as doenças. Mas, hoje, os cálculos são outros, mostrando que a cada R\$ 1,00 que o país arrecada gasta mais do que R\$ 30,00 para poder arcar com todos os custos dos malefícios das doenças de todos os tipos causadas pelo tabagismo.

Portanto, é um ledo engano pensar apenas na economia ou nos assuntos relacionados à economia proveniente do tabagismo.

Meu querido deputado Manoel Mota, sei que v.exa. é um eterno defensor dos fumicultores, e eu também sou. Realmente, nunca poderemos desampará-los. Mas o que eles precisam é ter propostas alternativas para que possam gradativa e progressivamente migrar para outros cultivos que

também têm o amparo do governo federal, do governo do estado, para que eles possam continuar alimentando suas famílias, para que possam ter segurança. E temos mais de 60 mil fumicultores em Santa Catarina, desde o nosso sul de Araranguá até o vale do Itajaí e por outras regiões do nosso estado.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não, concedo o aparte.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentar v.exa. e dizer que na Convenção Quadro houve a participação de muitos países, mas alguns países disseram (Estados Unidos e outros) que depois eles iriam. O Brasil assinou. E vejam se os Estados Unidos assinaram. Outros não assinaram, fizeram apenas o encaminhamento.

Segundo ponto, como é que quem tem oito ou dez hectares vai deixar de plantar fumo, se com um hectare de fumo ele fatura R\$ 14.500,00 e com um hectare de feijão ou de milho fatura R\$ 2.500,00? Então, não há como ele sobreviver com essas pequenas áreas lá na agricultura, se ele não tiver alternativas.

Hoje, por exemplo, no sul, 95% do nosso fumo é exportado, então, aqui vai sobrar bem pouquinho para ocorrer a doença. Por isso, defendo, eu não fumo, mas defendo os fumicultores que são peças muito importantes para a economia da região e também defendo a sobrevivência desses homens no campo, porque senão quem tem dez hectares não sobrevive do que faz no campo e acaba vindo para a cidade. E sabemos o que vai acontecer. Então, é importante buscar alternativas para que eles possam sobreviver no campo com outro tipo de atividade, para não prejudicar a sua sobrevivência, o sustento e o estudo dos filhos no próprio campo.

Então, não sou contrário a essa tese, mas sou obrigado a defender os fumicultores até achar uma alternativa para que possam sobreviver na sua própria terra.

Muito obrigado, deputado Volnei Marastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Muito obrigado, deputado Manoel Mota, a sua preocupação é procedente, e renovo que precisamos encontrar alternativas para a substituição de cultivo.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Volnei Morastoni, quero cumprimentar v.exa., meu companheiro de caminhada nessa luta da saúde, na saúde dos consumidores, dos agricultores. E ainda há pouco comentei na tribuna sobre o bom debate que tivemos ontem, com dois ministros presentes, discutindo justamente a Convenção Quadro para o controle do tabaco e discutindo as alternativas de renda para a nossa agricultura familiar.

Deputado Manoel Mota, é importante também defender que a Epagri, por exemplo, tenha políticas sérias de reconversão produtiva, para buscar alternativas para os nossos agricultores, principalmente na agricultura orgânica, que tem uma perspectiva muito positiva. O segundo passo é que as informações que estamos ouvindo é que o governo do estado novamente prorrogou o fim da terceirização nas quatro regionais para início do ano que vem. E isso era para acontecer agora já em setembro. Então, infelizmente, se perde a oportunidade de os agricultores produzirem um produto de qualidade fornecendo alimentação escolar, deputado Volnei Morastoni.

Então, essas questões eu lamento, como também essa falta de agilidade e de projetos concretos para ajudar a nossa agricultura familiar no nosso estado.

Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Pretendíamos inicialmente realizar apenas uma audiência pública, mas depois transformamos num seminário, portanto, as atividades serão durante todo o dia, começando pela manhã, às 9h, e já na programação um café agroecológico com prosa, estendendo-se durante todo o dia. Mas vamos tirar importantes encaminhamentos, desde as políticas

que queremos também no âmbito nacional, para que no âmbito estadual sejam efetivamente adotadas.

Queremos discutir aqui os alimentos agroecológicos, os alimentos orgânicos, a correlação com os agrotóxicos, que é uma preocupação muito importante, os resíduos de agrotóxicos nos alimentos, o uso indiscriminado e desenfreado, pois não temos uma política estadual de controle do uso dos próprios agrotóxicos, por exemplo, como temos no estado do Paraná um sistema já todo informatizado, então, precisamos adotar providências urgentes para a saúde dos agricultores, dos consumidores dos alimentos catarinenses.

Por outro lado, gostaria de lembrar que temos um padrão alimentar brasileiro que tem excesso de carências, excesso de carboidratos, massas, açúcares, doçuras, refrigerantes, enfim, os carboidratos em geral. Assim como também existe excesso de gordura de vários tipos, inclusive gorduras trans e do sal - nós consumimos mais que o triplo do sal mínimo diariamente.

Também temos carências na alimentação de vitaminas, sais minerais, principalmente tendo como fontes as verduras, as frutas e os legumes.

Um dos principais problemas de saúde pública hoje do nosso país é a obesidade, e como decorrência da obesidade, do sedentarismo, temos inúmeras doenças, desde as várias doenças cardiovasculares, respiratórias crônicas, todas na forma de uma verdadeira epidemia, o câncer em todas as suas formas. E essas doenças crônicas não transmissíveis, assim classificadas, são uma verdadeira epidemia. Hoje, 72% das mortes no Brasil são decorrentes do câncer, do diabetes, das doenças cardiovasculares, das doenças respiratórias crônicas, em que a alimentação não saudável está também na base de toda essa problemática.

Sr. presidente, vamos aproveitar esta oportunidade para discutir também a publicidade sobre os alimentos. Infelizmente, há uma verdadeira, digamos assim, onda de informações e bombardeios da mídia, atingindo, principalmente,

desde as crianças nas mais tenras idades, em todas as programações de televisão, mostrando alimentos apetitosos, bonitos, saborosos que sabemos que não têm nenhum valor nutritivo, que têm excessos geralmente de açúcar, de sal ou de gorduras.

Então, o outro tema que vamos abordar será sobre a publicidade nos alimentos. Mas o mais importante é que a nossa Casa, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, entrará também nessa campanha institucional sobre alimentação saudável.

Por isso deixo o convite a todos aqui. Vai ser apenas um evento que dará início a uma série de outros eventos nesse grande debate sobre alimentação saudável em Santa Catarina e no Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram se pronunciar, os próximos minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PTB que queiram se pronunciar, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Milton Scheffer, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO MILTON SCHEFFER - Em primeiro lugar, quero cumprimentar o deputado Jailson Lima, que preside esta sessão, os srs. deputados, as sras. deputadas, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Gostaríamos, nesta manhã de hoje, dia 11, de estender aqui a nossa homenagem ao agrônomo pelo seu dia, que acontecerá amanhã, dia 12 de outubro, que é dia também da nossa padroeira, da Nossa Senhora Aparecida, que é o Dia da Criança e é também o Dia do Engenheiro Agrônomo.

Santa Catarina, que é um estado produtor de alimentos, gerador de tecnologias na área da agricultura, tem na profissão do engenheiro agrônomo, dessa categoria um dos pilares do seu desenvolvimento.

O agronegócio do Brasil e do nosso estado deve muito ao trabalho dos engenheiros agrônomos. Seja na área de pesquisa, na área de desenvolvimento, na área de extensão rural ou na produção. Muitos engenheiros agrônomos de nosso estado e do Brasil têm-se dedicado à produção de alimentos, o que tem feito de nosso país um grande produtor de alimentos em nível de mundo, o que nos tem ajudado também em nossa balança comercial.

O engenheiro agrônomo é um profissional essencial quando se fala da qualidade, da quantidade e da importância da produção de alimentos em nosso país. Hoje, a agricultura familiar ou a agricultura industrial tem muita tecnologia. Aliás, a agricultura familiar existe em Santa Catarina graças à aplicação da tecnologia na pequena propriedade, que tem aumentado muito a produtividade das nossas lavouras, na produção de animais, na área zootécnica e na agroindústria.

O engenheiro agrônomo é um profissional que atua em diversos setores, desde a área ambiental até a produção vegetal, animal e também na engenharia agrícola; é um profissional que é regulamentado. A nossa profissão é regulamentada desde 1933 pelo Decreto n. 23.196. É uma das profissões que tem a sua regulamentação mais antiga em nível de Brasil.

Por isso hoje queremos, desta tribuna, prestar a nossa homenagem, o nosso reconhecimento para essa categoria que muito tem feito pelo agricultor, pela agricultura, pela produção agrícola de Santa Catarina, desenvolvendo, acima de tudo, tecnologia através de pesquisas, difundindo conhecimento através da extensão e também na produção de alimentos.

Neste momento queremos, em nome do presidente do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, Jorge Dotti Cesa, homenagear todos os

engenheiros agrônomos do nosso estado pela passagem do seu dia, 12 de outubro.

Em nome do presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, ex-presidente do Crea, Raul Zucatto, homenagear essa categoria essencial para Santa Catarina e para o Brasil, pelo grande trabalho realizado no desenvolvimento agrícola e na produção vegetal do Brasil e do nosso estado.

Queremos também, nesta manhã, comunicar que dia 18, na próxima quarta-feira, a partir das 9h estaremos implantando nesta Casa, através da participação da Associação dos Hospitais de Santa Catarina, da Federação dos Hospitais e Santas Casas de Santa Catarina, a frente parlamentar em defesa da saúde catarinense. É uma frente permanente que vai atuar na busca de recursos para resolver os principais problemas do nosso estado. Por isso, é importante a participação dos deputados, de lideranças que entendem que é preciso trabalhar para o fortalecimento da saúde para melhorar o financiamento da saúde.

Ontem participamos, juntamente com o deputado Volnei Morastoni e com o presidente da Associação Catarinense de Medicina, nesta Casa, de uma entrevista coletiva, quando falamos sobre a necessidade de retomar o trabalho da Emenda Constitucional n. 29, para que se obrigue, através de movimentos sociais de todo país, de uma emenda popular que possa garantir que a União coloque mais recursos na saúde, coloque 10% do seu orçamento, como foi previsto na Constituição de 1988 e que no ano passado, infelizmente, o Congresso Nacional mudou, alterou a redação do texto aprovando a emenda, mas deixando a nossa população à mercê.

O noticiário mostra o sofrimento da população dos nossos hospitais, nos atendimentos dos centros de saúde passa muito pelos investimentos do governo federal nessa área. Por isso, todos nós, brasileiros devemos nos engajar nesse trabalho, na coleta de assinaturas, para forçar o Congresso Nacional a aprovar uma emenda que garanta, que

obrigue o governo federal a colocar mais recursos na saúde.

Isso é uma necessidade. E a frente parlamentar estará junto com mais de 100 organizações em nível de Brasil somando esforços na coleta de assinaturas para obrigar os nossos deputados federais, a nossa presidente da República a colocar 10% da receita corrente líquida do governo federal na saúde pública. Isso significa, srs. telespectadores, dobrar os recursos de hoje que é aproximadamente R\$ 40 bilhões a mais que teremos na saúde de Santa Catarina e do nosso país.

Por isso, quero convidar a todos para, no próximo dia 18, integrar a frente parlamentar em defesa da saúde de Santa Catarina que é mais um braço a lutar pelo fortalecimento das nossas instituições e de todos os organismos que visam a beneficiar pessoas carentes do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, estamos no mês das festas de outubro e hoje teremos a abertura da Marejada, às 19:30h em Itajaí, com a presença do governador Raimundo Colombo. São festas importantes em termos de resgate histórico, de defesa das nossas tradições culturais, mas que representam também muito para a economia do nosso estado.

Então neste mês temos a Oktoberfest, a Marejada e muitos outros eventos no estado de Santa Catarina, por isso, o momento é propício para rever os investimentos nessas áreas e fortalecer a economia do nosso estado. Tenho visto a manifestação de vários prefeitos, principalmente da serra catarinense, visando o desenvolvimento com o crescimento do turismo em seus municípios.

Isso é importante! Trata-se de uma indústria sem chaminés que produz muitas riquezas para o nosso estado.

Gostaria de comungar também da manifestação do deputado Volnei Morastoni, no que se refere à produção fumageira no estado. Sou ferrenho defensor no combate ao uso do cigarro, tendo em vista os seus malefícios, e sabemos que essa é uma produção economicamente importante, mas o custo saúde para o país também é muito alto.

Temos que encontrar alternativas para que os produtores possam deixar essa atividade que, além de gerar muitos malefícios ao usuário, também prejudica o produtor. Essa atividade pode até gerar um bom lucro, mas a questão da saúde tem que estar em primeiro lugar. O ser humano trabalha muito para ganhar dinheiro e depois tem que usar esse dinheiro para tentar recuperar a saúde. Temos que encontrar alternativas!

A região oeste, por uma iniciativa do Acari Menestrina, há trinta anos vem mudando o perfil da sua produção agrícola, produzindo mais o ouro branco, o leite, pois em pequenas propriedades o produtor consegue ter uma renda familiar significativa com esse produto.

Por isso, os governantes têm que encontrar uma alternativa para que esses agricultores que produzem o fumo hoje façam uma transição para outro tipo de atividade como forma de proteção à saúde de todos, inclusive, dos próprios produtores.

Sr. presidente, assim como vários deputados fizeram, gostaria de registrar a solidificação do PSD tanto em nível estadual quanto nacional.

O nosso partido elegeu 494 prefeitos em todo o Brasil, sendo o quarto partido que mais elegeu prefeitos, e foi o partido que mais elegeu os seus representantes proporcionalmente ao número de candidatos lançados, ou seja, 45,5% dos candidatos que disputaram às eleições foram eleitos. Isso significa que o nosso partido lançou candidatos que foram aceitos pela população e que estavam, sim, com os seus programas, projetos e vidas

dentro do perfil que a sociedade busca. O PSD elegeu 4.600 vereadores em todo o Brasil.

Tivemos em Santa Catarina 52 prefeitos eleitos e não poderia deixar de registrar aqui os três candidatos do PSD que vão, ainda, para a disputa no segundo turno. O deputado Jean Kuhlmann, em Blumenau; o deputado Cesar Souza, em Florianópolis; e o Kennedy Nunes, em Joinville.

O deputado Jean Kuhlmann, com o seu perfil e o seu jeito blumenauense, tem uma atuação regional e até estadual, e uma dedicação e uma preocupação muito grande com as questões de Blumenau.

Todos têm mais ou menos o mesmo perfil. Vejam, então, a semelhança com o perfil do nosso governador Raimundo Colombo.

O deputado Cesar Souza Júnior é uma pessoa carismática, atenciosa, que está sempre querendo fazer mais e buscar o melhor em prol do cidadão.

Um amigo meu de Joinville disse-me: "Eu gosto muito do Kennedy. Apesar de não conhecê-lo pessoalmente, sinto uma paz e uma sinceridade nas suas manifestações". E nós, que o conhecemos aqui da Assembleia Legislativa, podemos dizer que é exatamente isso. O nosso eleitor, hoje, fica até preocupado quando vê no programa eleitoral alguém com boa vontade, com demonstrações de interesse em defesa da população, pelas desilusões que sofreu em muitas eleições, com muitos candidatos. E realmente essa triagem têm que acontecer e os bons têm que permanecer e trabalhar cada vez mais voltados ao desenvolvimento da população.

Mas o deputado Kennedy Nunes é aquilo mesmo que as pessoas viram: uma pessoa determinada, sincera e autêntica. E é mais um desses candidatos que deverão reforçar esse número dos prefeitos eleitos pelo nosso partido, o PSD, em nível de Santa Catarina e de Brasil.

Então, quero registrar essa força demonstrada pelo PSD, o trabalho realizado pelos seus candidatos e, principalmente, por aqueles já eleitos que trabalham em prol da população.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) -
Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.
0283/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam
como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.
0298/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam
como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do
Projeto de Lei n. 0167/2012, de autoria do
deputado Elizeu Matos, que denomina Rodovia
Dejandir Dalpasquale o trecho da rodovia estadual
SC-455 que liga o município de Abdon Batista ao
distrito de Ibicuí, no município de Campos Novos.

Conta com parecer favorável das comissões de
Constituição e Justiça e de Transportes e
Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos
sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam
como se encontram.

Aprovado.

A Presidência comunica que será enviada ao
destinatário, conforme determina o art. 206 do
Regimento Interno, a Indicação n. 0399/2012, de
autoria do deputado Ciro Roza.

Comunicamos, ainda, que serão deferidos de
plano os Requerimentos n.s: 0903/2012, de autoria
do deputado Edison Andrino; e 0904/2012, de
autoria do deputado José Milton Scheffer.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente
sessão, deseja um bom final de semana a todos e um

bom retorno às suas cidades, desejando que Deus os abençoe com muita saúde!

Encerramos a presente sessão, convocando outra, solene, para segunda-feira, às 19h, para concessão de título de Cidadão Catarinense ao sr. Euclides Reis Quaresma.

Está encerrada a presente sessão.